

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da Sessão de Instalação da
1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Realizada em 31 de março de 1971 — (Quarta-feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielsen Crisóstomo.

As 15,00 horas é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielsen Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rorário Pitelli, Acyr José, Agnaldo Pereira Lima, Álvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsári Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emilio Carazzai, Eronáy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Frarzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (47).

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, verificada a existência de número legal, declaro aberta a Sessão de Instalação da 1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura.

Para acompanhar até o recinto do Plenário, S. Exa. o sr. governador do Estado, dr. Haroldo Leon Peres, designo uma Comissão integrada pelos seguintes srs. deputados: Gilberto Carvalho, Acyr José, Odilon Reinhardt, Wilson Brandão, Paulo Poli, Maurício Fruet, Antônio Bellinati e Nelson Buffara — (Pausa) — (A Comissão designada acompanha até o recinto do Plenário S. Exa. o sr. Governador, que toma assento à Mesa).

O SR. PRESIDENTE — Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado. — (É executado o Hino Nacional).

O sr. Presidente: — (Lendo):

Sr. Governador, srs. Deputados, meus Senhores.

O Poder Legislativo do Paraná encontra-se no limiar de mais um quadriênio legislativo.

A nossa frente, apresenta-se, enigmática, mais uma etapa do caminho que havemos de trilhar na procura de nossa realização como povo.

Não basta nos desejarmos mutuamente o êxito e, na esperança de felicidade, repousarmos os nossos destinos, as nossas aspirações, os nossos projetos de existência coletiva. Tudo era vã fantasia, se não marcharmos decididamente ao encontro do futuro para, da mesma forma como o escultor liberta dos blocos de pedras as imagens produzidas na sua alma, modelarmos segundo os nossos ideais a quadra histórica que se inicia.

Esta é a disposição inicial do Poder Legislativo, a de operar positivamente, tomando iniciativas não apenas em termos de respostas aos desafios gerados no processo, do qual esteja marginalizado.

Para tanto, somam-se aqui e agora todos os propósitos, tôdas as inteligências, tôda a capacidade de trabalho desta Assembléia de mandatos renovados, para resultar num único espírito corporativo, voltado exclusivamente para a nobilíssima missão governativa, de realizar a grandeza da Pátria e a felicidade de nossa gente.

Move-nos o desejo sincero de engajar o Poder Legislativo no esforço de alinhar nosso Estado na obra extraordinária de integração nacional, atualmente desenvolvida pelas Autoridades Superiores da Nação.

A consciência da necessidade da reformulação do Poder Legislativo, em termos de compatibilização funcional com o esquema constitucional vigente, de modernização dos instrumentos de atualização da vontade popular e dos núcleos de opinião no procedimento legiferante, conferindo ao Poder o dinamismo disciplinado e racional reclamado pela natureza das tarefas que lhe refletirão a firme disposição de estar presente nos lances decisivos do capítulo de nossa História, que começa a ser escrito.

E do nosso êxito, jamais duvidamos.

Respaldam tal convicção, a certeza do bom entendimento com outras áreas do Poder Público, cuja evidência se consubstancia na ilustre presença, nesta Casa, do exmo. sr. Governador do Estado, dr. Haroldo Leon Peres — deferência que muito nos honra —, para, pessoalmente, transmitir sua Mensagem ao Paraná, e o entusiasmo contagiante que anima tôda esta Assembléia de representantes.

E feliz a coincidência.

Hoje comemoramos mais um aniversário da Revolução de 31 de março, em pleno ritmo de conquistas e de vitórias, fonte de energias ignoradas e fator do grande despertar nacional. O signo é altamente significativo. Deus nos auxilie a alçar o Poder Legislativo e o nosso Estado à altura da História da Revolução.

Tenho a honra de conceder a palavra ao senhor Governador do Estado, dr. Haroldo Leon Peres, para que Sua Excelência, em atenção ao mandamento constitucional, leia a Mensagem em que dá conta da situação do Estado e solicita as medidas que julga necessárias.

O SR. HAROLDO LEON PERES — Sr. Presidente desta Assembléia, Exmo. Sr. Comandante da 5a. Região Militar, demais componentes da Mesa, S. Exa. Reverendíssimo Arcebispo de Curitiba, demais Autoridades civil, militares, eclesiásticas, srs. Deputados.

(Lendo):

“Senhores Deputados:

Em obediência ao preceito Constitucional que atribui ao Chefe do Poder Executivo a missão de apresentar à Augusta Assembléia Legislativa mensagem dando conta da situação do Estado e solicitando as providências que julgar necessárias é que, neste momento, dirijo-me aos ilustres representantes do povo.

Habituei-me a frequentar esta tribuna, desde os tempos em que dela exprimia os anseios da parcela do povo paranaense que a esta Casa a me conduziu como seu representante.

Nos oito anos em que aqui exerci o mandato popular e que serviram para aprimorar a minha vocação para a vida pública, aprendi, sobretudo, que a maneira de servir o povo é não mentir-lhe, ainda quando as fantasias e as ilusões possam carrear a estima popular que a proclamação da verdade nem sempre anseia. É, pois, respeitando esse meu passado de afirmação democrática e o presente com que hoje me reencontro nas pessoas daqueles que nesta Casa comprem obrigações semelhantes à que exerci com o povo e convicção, que me dirijo ao Paraná, por seu intermédio, para relatar fielmente a situação encontrada pela atual administração ao assumir o Governo em 15 de março passado.

Tão logo assumi a chefia do Poder Executivo determinei aos meus auxiliares que procedessem ao levantamento completo dessa situação, com a urgência imposta pelo tempo e a seriedade imposta pela tarefa.

Esta mensagem consubstancia os primeiros relatos desse levantamento. Nela não me detenho nas obras e realizações da administração que me antecedeu, que elas já foram bastante divulgadas e são do conhecimento de todos.

O que esta mensagem espelha é o que não foi divulgado e quem sabe até subtraído ao conhecimento do povo paranaense.

O que esta mensagem retrata com as cores da realidade, em contraste com a fantasia financiada pelos recursos do povo, é a imagem de um Estado economicamente pujante, afirmativo pelo valor de sua gente, mas que hoje se encontra financeiramente comprometido, estruturalmente desorganizado, a tal ponto que considero seria grave omissão do Governador negar conhecimento a quantos detém e partilham a responsabilidade e o amor pelo desenvolvimento da nossa terra.

Os dados aqui apresentados são os mais completos e exatos que o tempo e as condições antes imperantes permitiram levantar. Não os lanço como um libelo. Muito menos como acusação. Não são polêmicos. São apenas dados. Não são imagens. Apenas a verdade. Verdade sobre a qual e apesar da qual construiremos juntos o Paraná que o seu povo merece e pelo qual anseia o seu novo Governador.

SECRETARIA DA FAZENDA

Receita

A Receita Orçamentária de recolhimento realizado do Estado do Paraná para o atual exercício financeiro, foi prevista em Cr\$ 1.454.439.565,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta e quatro milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco cruzeiros) dos quais, Cr\$ 254.142.565,00 (duzentos e cinquenta e quatro milhões, cento e quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e cinco cruzeiros) referentes à previsão para realização de "operação de crédito" necessárias ao equilíbrio orçamentário. Desta forma, foi considerada na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, uma possibilidade de captação de recursos pelo Tesouro do Estado de Cr\$ 1.200.297.000,00 (um bilhão, duzentos milhões, duzentos e noventa e sete mil cruzeiros).

A estimativa atual da real possibilidade de arrecadação da receita orçamentária no corrente ano após a realização de quase a quarta parte do exercício financeiro, é de Cr\$ 1.096.000.000,00 (um bilhão e noventa e seis milhões de cruzeiros), com a seguinte participação nos trimestres:

		Em Cr\$ 1.000,00
1.º trimestre	Janêiro	66.060
	Fevereiro	56.150
	Março	69.715
2.º trimestre		294.312
3.º trimestre		248.891
4.º trimestre		360.867
TOTAL		1.096.000

Como se vê, entre a receita estimada pela administração anterior e a que efetivamente se aproxima da realidade, há uma diferença, para menos, de cerca de 30% (trinta por cento).

Despesa

Os compromissos do Tesouro do Estado refletem uma situação crítica pelo volume dos débitos e, ainda mais negativa, se analisados os competentes da dívida.

Existem casos em que a situação encontrada somente pode ser caracterizada como de completa irresponsabilidade da administração anterior.

Os compromissos relativos à despesa com pessoal assim se apresentam:

Compromissos em 15-03-71

Despesas de janeiro a março de 1971	Cr\$ 125 milhões;
TOTAL	Cr\$ 142 milhões

A situação em cada órgão e entre o interior e a Capital, em termos de atraso de pagamento a esse título, isto é, pessoal, é das mais discrepantes, revelando a inexistência de um esquema racional de liquidação de tais compromissos

II — Dívida flutuante: o quadro seguinte apresenta situação da dívida flutuante até 15 de março de 1971.

ESPECIFICAÇÃO	Compromissos	Pagamentos	Saldos
Restos a Pagar			
Pessoas	Cr\$ 49.609.699,00	32.803.002,00	16.801.697,00
Outros	Cr\$ 284.022.605,00	58.564.094,00	225.458.511,00
Consignações	Cr\$ 57.405.226,00	18.222.129,00	39.183.097,00
Empenhado no exercício até 15-02-71			
Pessoal	Cr\$ 455.542.032,00	30.136.991,00	125.405.041,00
Outros	Cr\$ 115.654.357,00	8.851.803,00	106.802.554,00
TOTAL	Cr\$ 662.233.919,00	148.583.019,00	513.650.900,00

III — Despesa orçamentária

A despesa orçamentária para o corrente exercício financeiro está prevista em Cr\$ 1.454.439.565,00, com o seguinte desdobramento.

	Em Cr\$
Pessoal	
Poder Executivo	
Administração Direta	397.753.623,00
Administração Indireta	58.113.302,00
Outros Poderes	46.078.615,00
Sub-total	501.945.540,00
Outros Custeios	396.411.872,00
Despesas de Capital	556.082.153,00
TOTAL	1.454.439.565,00

Dêsse total foi liberado para aplicação no primeiro trimestre do exercício a importância de Cr\$ 423.674.694,00. Para o mesmo período a previsão de receita é de Cr\$ 191.925.000,00 apresentando, dessa forma, um "déficit" trimestral da ordem de Cr\$ 231.749.694,00.

Executada a despesa orçamentária autorizada na Lei de Meios, o "déficit" no presente exercício será de Cr\$ 358 milhões de cruzeiros, uma vez que a receita estimada, com base nas reais possibilidades de arrecadação, está prevista em Cr\$ 1.096 milhões.

PROGRAMAÇÃO E PROCESSAMENTO DA DESPESA

A programação da despesa sofre distorções e problemas provenientes da inexistência de formulação, coordenação e controle da política do Governo. Acresce, ainda, notar que a elaboração da proposta da unidade orçamentária geralmente é atribuída a funcionários desvinculados do poder de decisão. Desta forma, cada unidade orçamentária procura garantir com base nas dotações de exercícios anteriores, uma maior dotação em cada elemento da des-

pesa As justificativas de necessidades dos recursos solicitados restringem-se a uma apreciação geral, sem elementos que permitam uma análise técnica pelo órgão encarregado da elaboração do Orçamento geral do Estado a Diretoria Central do Orçamento.

Aprovado o orçamento, documento que se tem mantido distante da real intenção do Governo e de suas possibilidades efetivas, submete-se êle, na sua execução, além dos problemas de origem — falha de elaboração — a uma sistemática de processamento inadequada.

Os limites de despesa autorizada para comprometimento pelas unidades autorizadoras de despesa e sua distribuição no tempo são estipuladas no Plano de Aplicação.

O Plano de Aplicação, que deveria estar baseada nas possibilidades de caixa, não guarda relação com o comportamento da receita.

A tramitação do processo de despesa sofre o emperramento decorrente da existência do Tribunal de Contas do Estado, no "registro prévio". A liquidação de despesa se efetiva mediante autorização a critério pessoal do Secretário da Fazenda, sem nenhuma programação, utilizando como órgão pagadores o Tesouro Geral do Estado e as Agências de Rendas no interior.

O acúmulo das duas funções atribuídas às Agências de Rendas — Arrecadação e Pagamentos — tumultua as tarefas desses órgãos, assim como torna impossível o controle imediato da situação geral das disponibilidades.

IV — FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS

A aplicação de recursos da quota estadual do Fundo de Participação dos Estados — FPE se processou de forma irregular. Conforme o ofício n. 328-70 de 12-11-70 da Contadoria Geral do Estado, encaminhando ao ex-titular da Secretaria da Fazenda, as prestações de contas do Estado referentes aos exercícios de 1968 e 1969, não tiveram suas aprovações deferidas pelo Tribunal de Contas da União, devido a irregularidades constatadas; irregularidades essas que continuaram a se verificar no exercício de 1970 e que trarão problemas para elaboração da prestação de contas que esta administração terá de encaminhar até 30-04-71, para o Tribunal de Contas da União.

V — BANCO DO ESTADO DO PARANÁ

a) — Posição de caixa em 17-3-71: nesta data era sumamente difícil a posição de caixa do Banco do Estado. Em lugar dos Cr\$ 38.000.000,00, que seria o mínimo legal admitido pelas autoridades monetárias como o encaixe técnico, levando-se em conta o volume de seus depósitos, contava o Banco apenas com Cr\$ 11.000.000,00 (onze milhões de cruzeiros), o que representava um déficit de Cr\$ 27.000.000,00.

a) — encaixe necessário	Cr\$ 51.000.000,00
b) — encaixe real	Cr\$ 14.000.000,00
Déficit	Cr\$ 37.000.000,00

Em relação ao Banco do Brasil S.A. (movimento de compensação de cheques) a situação era a seguinte:

a) — Banco do Brasil S.A. saldo devedor	Cr\$ 4.915.321,98
b) — Em dinheiro na caixa	Cr\$ 680.000,00
Déficit	Cr\$ 4.235.321,98

b) — Redesconto de liquidez: Em 17-3-71, as operações de redesconto de liquidez junto ao Banco Central atingiram o montante de Cr\$ 14.714.000,00, assim distribuídos:

a) — redesconto de liquidez	Cr\$ 7.714.000,00
b) — faixa extra	Cr\$ 7.000.000,00
Total	Cr\$ 14.714.000,00

As despesas resultantes dessas operações de redesconto passaram a ter efeito cumulativo sobre a situação de dificuldades apresentada pelo Banco, já que a despesa respectiva passou de 1,9 milhões de cruzeiros em 1969, para 4,8 milhões de cruzeiros, de janeiro de 1970 a 17 de março de 1971.

c) — **Depósitos e empréstimos:** Em 15-3-71, era a seguinte a conta de depósitos:

a) — de particulares	Cr\$ 171.595.000,00
b) — do Poder Público	Cr\$ 82.989.000,00
Total	Cr\$ 254.584.000,00

A verificação dessa conta demonstra, à evidência, que nem todos os órgãos da administração direta ou indireta do Estado, carregavam a sua arrecadação para o Banco oficial, pois os depósitos de particulares somavam na época, mais do que o dobro de depósitos públicos.

Contrastando com a curva decrescente de depósitos no Banco, a sua aplicação, ou seja, os empréstimos concedidos pelo Banco, que eram de Cr\$ 19.000.000,00 em julho de 1969, passaram para Cr\$ 305.000.000,00, em dezembro de 1970, o que representa um acréscimo de 39% (trinta e nove por cento).

A evolução dos empréstimos sem uma contrapartida nos depósitos, além de reduzir as disponibilidades de liquidez do Banco, criaram pressões de caixa quase que insustentáveis.

d) — **Empréstimos:** Era a seguinte a situação sob esse título:
Empréstimos:

a) — a particulares	Cr\$ 201.056,00
b) — ao Poder Público	Cr\$ 23.868,00
c) — Rurais — Rec. Próprios	Cr\$ 8.219,00
d) — Rurais — Rec. 5 e 69	Cr\$ 19.471,00
e) — Rurais — Furdos	Cr\$ 57.946,00
TOTAL	Cr\$ 310.560,00

e) — **Créditos em liquidação:** Uma análise que verifique a proporcionalidade entre os empréstimos a particulares, que, como se viu, montavam a Cr\$ 201.056.000,00, e os valores inscritos em "Créditos em liquidação", que representam composições de dívidas consideradas de difícil liquidação, e que montavam a Cr\$ 25.000.000,00, revela um percentual de mais de 10% de aplicação indevidas ou de favoritismo dos empréstimos a particulares.

f) — **Imobilização:** A imobilização do Banco apresentava, em 17-3-71, um índice de 165,1%, enquanto o estabelecido pelo Banco Central do Brasil, como máximo permissível, é de 10%.

Compõem esse índice, além dos imóveis de propriedade do Banco e os créditos em liquidação já referidos, um imobilizado em veículo automotores, no valor de Cr\$ 650.000,00, o que significa uma frota de 44 automóveis servindo a altos funcionários do estabelecimento.

g) — **Receita e Despesa:** Em, 15-3-71, era a seguinte a relação entre essas duas contas:

a) — despesas reais	Cr\$ 15.624.713,00
b) — renda efetiva	Cr\$ 9.858.378,00,
o que expressa um prejuízo efetivo no primeiro trimestre de 1971, da ordem de Cr\$ 5.666.335,00.	

h) — **Situação atual:** Empossada a nova Diretoria do Banco do Estado, integrada por técnicos de reconhecida competência e idoneidade, sem compromissos senão os interesses do estabelecimento, e adotadas algumas pro-

vidências indispensáveis a recuperação de sua solidez, é com otimismo que hoje já podemos anunciar como inteiramente sanadas as dificuldades na compensação do Banco do Brasil S.A., e em vias de regularizar-se, com o apoio anunciado pelo Banco Central, a liquidez do redesconto.

COMPANHIA DE CRÉDITO IMOBILIÁRIO DO PARANÁ — CREDIMPAR

Com base em diversos elementos coletados, foi possível fazer um levantamento preliminar dos compromissos já assumidos pela CREDIMPAR em contrapartida com recursos Financeiros, cujo aporte já está perfeitamente definido.

O resultado deste levantamento preliminar indica que se deve invidar esforços para possibilitar a captação de recursos, num período de 12 meses, compreendendo março-71 à fevereiro-72, num montante de aproximadamente Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), dos quais cerca de Cr\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros) destinar-se-ão a cobrir os compromissos já assumidos no período e Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para formação de encaixe mínimo, destinados a garantir, a liquidez financeira das Letras Imobiliárias e dos Depósitos de Poupança, encaixe este, aliás, previsto pela própria legislação do Banco Nacional de Habitação (hoje o encaixe situa-se em torno de apenas Cr\$ 1.250.000,00 hum milhão, duzentos e cinquenta mil cruzeiros), aquém, portanto, do limite fixado por aquele órgão).

Por outro lado, mister se faz que a CREDIMPAR financie novos programas habitacionais, em consonância com as necessidades sócio-econômicas do Estado do Paraná, bem como, para o desenvolvimento das atividades da Companhia, o que por si só fixa "a priori" a política a ser desenvolvida pelo atual Governo, que deverá ter como diretriz básica:

- a. Implantação de uma política agressiva de captação de recursos, particularmente da poupança familiar, não só no Paraná como em outros centros, objetivando carrear recursos para o nosso Estado e para a Companhia, num mercado arduamente disputado;
- b. Extensão das atividades da CREDIMPAR, às cidades interioranas do Estado, previamente definidas por estudos técnicos a serem realizados, levando assim aqueles centros a sua participação e integração direta no Plano Nacional de Habitação;
- c. Reorganização completa da companhia, que permita um perfeito controle de todas as suas operações complementadas por uma racionalização dos serviços internos.

BANCOS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PARANÁ — BADEP

No que se refere ao Banco de Desenvolvimento do Paraná S.A., a situação encontrada apresenta-se bem melhor do que nos demais órgãos financeiros. O principal problema é o da inadimplência dos órgãos públicos que receberam recursos externos através de repasses feitos pelo Banco, o que vem obrigando este a honrar compromissos assumidos pelos referidos repasses.

Ao encerrar-se o primeiro bimestre de 1971, os débitos vencidos de órgãos do setor público, alguns desde janeiro de 1969 alcançaram a quase 9 bilhões de cruzeiros.

A isso deve somar-se o descompasso no recebimento das dotações orçamentárias destinadas ao Fundo de Desenvolvimento Econômico, administrativo pelo Banco.

CENTRO ELETRÔNICO DE PROCESSAMENTO DE DADOS DO PARANÁ — CELEPAR

Esta empresa, cuja função é a de prestar serviços de computação a entidades públicas e privadas, foi encontrada em situação financeira inteiramen-

te irregular. Os serviços executados e não faturados, alguns desde 1967, somam num total de mais Cr\$ 1.480.000,00 (hum milhão, quatrocentos e oitenta cruzeiros). Somando-se a isso serviços prestados sem cobertura contratual, no valor de mais de Cr\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil cruzeiros), conclue-se que a empresa apresenta um prejuízo potencial de mais de Cr\$ 2.065.000,00 (dois milhões e sessenta e cinco mil cruzeiros).

Em decorrência dessa situação, a entidade está sem condições sequer de atender as despesas operacionais, tais como, salários, manutenção do equipamento eletrônico, luz, material de processamento e outras, inclusive débitos fiscais e previdenciários.

Apesar disso, e através de manobras contábeis, a CELEPAR, vem falsamente, apresentando lucros líquidos de monta, o que permitiu gratificações de balanço que atingiram a mais de 506 mil cruzeiros nos últimos cinco anos, dos quais 194 mil cruzeiros aos diretores.

SECRETARIA DE TRANSPORTES

O levantamento procedido nessa Secretaria apresentou em 15-3-71, o seguinte quadro de compromissos financeiros já vencidos e não saldados:

a) — Administração superior	Cr\$	37.635,98
b) — Departamento aeroviário	Cr\$	9.396,14
c) — C.E.F.C.P. (Pessoal	Cr\$	140.281,00
d) — D.E.R.	Cr\$	81.099.635,45
e) — A.P. Antonina	Cr\$	455.856,70
TOTAL	Cr\$	81.742.805,23

Cabe ressaltar que nos compromissos acima figuram despesas de pessoal do quadro e do regido pela C.L.T., nos seguintes valores:

a) — administração superior:		
Pessoal do quadro — fevereiro	Cr\$	8.412,32
Quadro C.L.T. — janeiro e fevereiro	Cr\$	9.223,66
TOTAL	Cr\$	17.635,98
b) — departamento aeroviário:		
Pessoal do quadro — fevereiro	Cr\$	1.396,14
c) — C.E.F.C.P.		
Pessoal do quadro — janeiro		
fevereiro	Cr\$	47.500,00
março		
Pessoal C.L.T.		
janeiro		
fevereiro	Cr\$	92.781,00
março		
TOTAL	Cr\$	140.281,00
d) — D.E.R.		
Pessoal do quadro — janeiro	Cr\$	2.457.380,04
fevereiro	Cr\$	2.457.380,04
TOTAL	Cr\$	4.969.377,57
Pessoal C.L.T.		
janeiro	Cr\$	421.578,31
fevereiro	Cr\$	475.565,40
TOTAL	Cr\$	897.153,71

Compromissos financeiros vincendos a partir de 15-3-71.

Os compromissos financeiros assumidos no governo anterior e que ven-

cerão no presente exercício após 15-3-71 e nos exercício seguintes, elevam-se a Cr\$ 183.389.512,17, no setor rodoviário e Cr\$ 267.151.800,00, no setor ferroviário conforme a seguinte discriminação.

a) D.E.R. — faturas de serviços executados anteriormente a 15-3-71, e com vencimentos entre 16-3-71 e 31-12-71. Cr\$ 38.880.619,12;

b) empréstimos — amortização do principal encargos com vencimentos, também no atual exercício, Cr\$ 35.824.893,05, e vencíveis no período de 1972 a 1976, Cr\$ 108.684.000,00, o que totaliza a impressionante cifra de Cr\$ 183.389.512,17.

Como conclusão, verifica-se que do total investido em obras rodoviárias pela administração anterior, transferiu-se para o atual governo o ônus do pagamento das mesmas, na ordem de 40%.

COMISSÃO DA ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO PARANÁ — C.E.F.C.P.

A análise da situação financeira do órgão começa por revelar:

Faturas de serviços executados anteriormente a 15-3-71, aproximadamente	Cr\$ 90.000.000,00
Amortização do principal encargos do empréstimo externo (encargo direto do tesouro geral do Estado), com ressarcimento da União conforme convênio de indenização celebrado com o Ministério de Transportes em 1971	US\$ 8.014.250,00
de 1972 a 1975	US\$ 21.511.050,00
TOTAL	US\$ 29.525.300,00

Adotando-se a taxa média cambial, para o período à Cr\$ 6,00, ter-se-ia a dívida, convertida em cruzeiros, na ordem de Cr\$ 177.151.800,00, o que dá um total de Cr\$ 267.151.800,00.

Releva notar que o ressarcimento seria feito pela União se a Ferrovia, conforme o convênio, fôsse entregue no prazo estipulado. Ocorre que, até o momento ainda não foram executados 50% do volume das obras contratadas.

Com respeito às obras ferroviárias ressalta a difícil situação em que se colocou o Estado, que não tendo cumprido as suas obrigações com o convênio celebrado com o Ministério dos transportes, gastou cerca de US\$ 30.000.000,00, por cujo pagamento fica responsável sem que metade da ligação ferroviária esteja cumprida.

E de se estranhar que, para a conclusão dessas obras, tivesse o Estado, através dessa Comissão, pleiteado um reajuste e respectivo financiamento na ordem de US\$ 40.000.000,00 o que representa bem mais de 100% do valor inicialmente contratado.

Finalmente, cumpre destacar que os compromissos financeiros transferidos do Governo anterior, somente nesse setor de administração, vencíveis no exercício de 1971, atingem um total de Cr\$ 300.526.700,00, incluído nesse valor o financiamento externo destinado à Estrada de Ferro Central do Paraná.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Do levantamento realizado, ressalte-se o que se refere ao Departamento de Edificações e Obras Especiais, autarquia da maior importância na administração estadual. No quadro anexo, verifica-se que o D.E.O.E., durante os cinco anos do governo anterior, executou obras públicas que abrangem uma área de 492.325,31 mts.2, correspondente a um valor de Cr\$ 83.704.202,00 (oitenta e três milhões, setecentos e quatro mil, duzentos e dois cruzeiros). Dêsse total, entretanto, apenas 44% foram pagos, sendo transferidos, como

ônus à atual administração, 56% do valor das obras realizadas, o que representa a significativa importância de Cr\$ 46.704.200,00.

Analisando-se esses percentuais, pode-se finalmente concluir que foi transferido à responsabilidade do novo Governo o pagamento integral de obras que abrangem 275.702,17 mts.2.

COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO PARANÁ — TELEPAR

O levantamento processado pela Telepar, demonstrou a existência de um quadro de 2.683 empregados, dos quais 40% são telefonistas, numa evidente demonstração da falta de automatização das centrais urbanas, o que representaria expressiva economia da mão de obra.

Ao assumirmos o Governo a Telepar já havia adquirido 181 veículos automotores, cujo uso estamos agora procurando disciplinar.

Os compromissos financeiros da Telepar, que se estendem até 1977, assumidos pelo governo anterior, ascenderam à impressionante quantia de Cr\$ 491.802.829,00, dos quais foram pagos 7% do total, cumprindo à atual administração conseguir recursos para efetivar o pagamento dos restantes 93%, que se traduzem em Cr\$ 458.277.558,00 (quatrocentos e cinquenta e oito milhões, duzentos e setenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e oito cruzeiros). É importante notar que, Cr\$ 390.398.154,00, deverão ser pagos no período da nossa administração.

Causa-nos tristeza ter que revelar que os encargos sociais referentes às folhas de pagamento do pessoal da Telepar, embora descontados, não foram recolhidos, como exige a lei, ao INPS, apresentando um débito, até dezembro de 1970, da ordem de Cr\$ 10.297.302,00 (dez milhões, duzentos e noventa e sete mil e trezentos e dois cruzeiros).

SECRETARIA DA AGRICULTURA

CAFÉ DO PARANÁ

O demonstrativo econômico financeiro da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná — Café do Paraná —, levantado em 25-3-71, apresentava o seguinte quadro:

A — obrigações diversas:

1 — Banco do Estado do Paraná:

Título descontado, vencido em 21-12-70 e não pago ...	Cr\$ 1.000.000,00
Título descontado, vencido em 3-3-71 e não pago ...	Cr\$ 3.200.000,00
TOTAL	Cr\$ 4.200.000,00

2 — Banco de Desenvolvimento do Paraná — BADEP —

Contrato de Novação, referente à compra da MILPAR, Milho e Soja do Paraná, devido até 31-3-71	Cr\$ 1.075.000,00
---	-------------------

3 — Contas a pagar:

Diversas

Saldo do convênio IBC. GERCA já vencido	Cr\$ 351.406,70
GERCA — vencimento em 30-6-71	Cr\$ 3.337.000,00
Ministério da Agricultura D.A.P. — do Paraná, vencimento em 30-9-71	Cr\$ 2.000.000,00
Outros credores	Cr\$ 210.007,84
Restos a pagar até 31-3-71	Cr\$ 224.856,03
TOTAL	Cr\$ 11.398.270,57

B — Contas a receber:

Entre devedores por títulos entregues ao Banco do Estado, não saldados,

Prefeituras municipais, e órgãos da administração Direta e Indireta do Estado, além de devedores particulares, por serviços de mecanização e fornecimento de sementes, dos quais grande parte, ao que tudo leva a crer, tenha sido financiamento de favor, ficou a Café do Paraná, por receber, mais de Cr\$ 6.000.000,00, o que explica, em confronto com os seus débitos, a difícil situação financeira em que se encontra.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO — IPE

É o seguinte o quadro demonstrativo dos débitos do Estado para com o IPE, em dezembro de 1.970:

Secretaria de Estado	Cr\$ 35.603.661,14
Outros órgãos — quota 3%	Cr\$ 3.645.803,72
TOTAL	Cr\$ 39.249.464,86

O quadro indica que a administração anterior embora descontando em folha as consignações atribuídas a esse Instituto desviou de sua destinação legal essas contribuições, o que explica a dificuldade desse órgão de prestar a adequada assistência aos servidores do Estado.

DEMAIS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

A mesma posição, embora com índices menos contundentes, ocorre nos demais órgãos da administração estadual. Não se poderia, entretanto, deixar de mencionar a difícil conjuntura a que foram levadas, entre outras, a Fundação Hos

Paraná, a Fundepar e os órgãos de assistência social do Estado, cujos pagamentos ficam então ainda sendo procedidos.

Entretanto, se a administração anterior não utilizou os recursos disponíveis para a realização das despesas, a administração atual, ao assumir a responsabilidade para a administração do Estado, não conseguiu, até agora, para a administração atual, a realização das despesas, a administração atual, ao assumir a responsabilidade para a administração do Estado, não conseguiu, até agora, para a administração atual, a realização das despesas.

Porém, o mesmo não aconteceu com a despesa de promoção publicitária dos responsáveis por aquele Governo. O levantamento total dessas despesas está sendo objeto de acurado exame que não foi possível ainda finalizar, devido aos mais diversos expedientes contábeis com que a administração que nos antecedeu procurou mascarar esses gastos. De qualquer forma, os fatos notórios dispensam comprovação e o Paraná inteiro sentiu e hoje sofre os resultados da irrealidade e da fantasia com que, os olhos da Nação, se procurou apresentar o nosso Estado, a ponto de dificultar a obtenção de recursos e auxílios financeiros para aquele que se proclamava o segundo Estado da Federação.

Senhores Deputados, são estas as linhas gerais do quadro em que recebemos o Governo do Estado.

Não desejo alongar-me pela repetição de fatos. Foram aqui destacados os casos em que mais séria se apresenta a problemática imediata. Há falta de planejamento adequado das atividades internas de cada entidade, fato que, além de dificultar a elaboração racional de orçamentos, afeta, sensivelmente o desempenho e a eficiência do serviço público.

Espero do Paraná e de sua gente que tal quadro não evoque imagens negativas ou desperte o pessimismo. É apenas a mensuração de um obstáculo. A constatação de uma dificuldade. Ela não há de impedir o futuro que juntos construiremos. Haveremos de pagar, em dia, o funcionalismo. Honraremos os compromissos assumidos pelo Estado. O Paraná não é o Governo que nos antecedeu, nem o nosso Governo, nem o que nos sucederá. O Paraná é, e será sempre, a soma do valor e do esforço de cada brasileiro que aqui habita e que não foge dos compromissos, por mais pesados que sejam.

Já determinamos ao Secretário da Fazenda, em caráter prioritário, a elaboração do esquema de pagamento do pessoal em atraso, e tranquilizem-se

os credores, pois o Governo do Estado irá convocá-los para receberem os seus créditos. É evidente que isso não poderá ser feito em uma semana, talvez nem mesmo em um mês. Mas pagaremos a todos. Haveremos, não somente de concluir as obras já iniciadas, como iniciar outras que sejam fundamentais ao progresso e ao desenvolvimento de nosso Estado. Honestamente não sei, se para consegui-lo, bastará a humildade, o trabalho e a obstinação. Sei que estou e estamos todos, os que compõem a equipe do novo Governo, dispostos a oferecer Trabalho e Dedicção ao nosso Paraná e ao seu povo.

O Governador, com a humildade que a honra presente requer, conchama a todos os paranaenses para que lhe dêem a sua ajuda. Governo e oposição, e fóra dos quadros políticos, a grande maioria dos que acreditam, como nós acreditamos, que, acima das divergências partidárias ou ideológicas, a melhor política é a administração em favor do povo.

É tempo de construir. Hoje transcorre mais um aniversário da Revolução democrática de 1964. Revolução que, afinal, chega em toda a sua plenitude, ao Paraná. Contamos com ela. O povo pode nela confiar. Como contamos e confiamos no Presidente Emílio Garrastazu Médici e no Governo Federal, que haverá de nos dar o apoio necessário para que bem possamos cumprir nossa missão.

Começemos o trabalho. E não sei, ao iniciá-lo, de melhor estímulo do que relembra a frase do líder negro Stanley Jonnes, que numa comunidade pobre, conseguiu construir universidades, quando dizia: "orava como se tudo dependesse de Deus e trabalhava como se tudo dependesse de mim". O Paraná não é uma comunidade pobre; oremos e trabalhemos juntos. Governo e Povo. Haveremos de construir o futuro que temos obrigação de legar aos que nos sucederem.

Palácio Iguazu, 31 de março de 1971.

HAROLDO LEON PERES

Governador do Estado

O SR. PRESIDENTE — A Mesa da Assembléia Legislativa, antes do encerramento, deseja externar sua profunda gratidão às ilustres Autoridades militares, civis e eclesásticas e demais pessoas cuja presença tão intensamente contribuiu para maior brilhantismo da solenidade que agora finda.

Solicito da mesma Comissão anteriormente designada que, novamente, acompanhe Sua Excelência o senhor Governador do Estado.

Convido os presentes a ouvirem o Hino do Estado do Paraná, executado pela Banda da Polícia Militar do Estado. — Em execução o Hino do Estado do Paraná).

Levanta-se a Sessão.